

Leonidas admite "lobby" militar na Constituinte

Do Reportagem Local

O ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, 65, defendeu ontem a participação de oficiais das Forças Armadas nos trabalhos do Congresso constituinte, admitindo que os militares poderão formar um "lobby" junto aos deputados e senadores. "São oficiais, assessores parlamentares que trabalham no Congresso. Eles são homens encarregados de fazer esclarecimentos necessários sobre os nossos pontos de vista. Se quiser chamar isso de 'lobby', pode. Mas eu chamaria isso de uma colaboração de alto nível", disse, às 11h, logo após a solenidade de posse do novo comandante militar do Sudeste, general Ivan Dêntice Linhares, 64, na sede do comando, no Ibirapuera (zona sul paulistana).

Dizendo que os militares já expuseram suas preocupações à Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Afonso Arinos, que elaborou um anteprojeto constitucional, o general Leonidas

justificou a ação junto aos constituintes pela necessidade de participação nos assuntos "pertinentes às Forças Armadas". Ao avaliar o quadro econômico-social do país, o ministro disse que "está havendo uma síndrome de catástrofe que não se justifica", acrescentando que "nós podíamos ter um pouco mais de confiança e esperança e não um horizonte com tintas negras".

PRIMEIRA

Em solenidade na sede do Comando do Sudeste (antigo 2º Exército), o general Ivan Dêntice Linhares, assumiu ontem às 10h o posto de comandante militar do Sudeste, em substituição ao general Sebastião José Ramos de Castro, que passou para a reserva compulsoriamente por ter completado doze anos como general da ativa. O novo comandante do Sudeste é catarinense, casado, pai de cinco filhos e seu último posto foi a chefia do Departamento Geral de Serviços, em Brasília. General desde março de 1985, Linhares agradeceu,

em sua ordem-do-dia, ao presidente José Sarney por tê-lo escolhido.

Negando-se a falar sobre política, Linhares pronunciou-se apenas sobre o papel que as Forças Armadas devem ter na nova Constituição. "Desde a Constituição de 1891, a missão da Forças Armadas está definida. Não vejo porque alterá-la", afirmou o novo comandante, referindo-se à atuação dos militares na defesa do país, tanto interna quanto externa. Linhares disse que apenas o ministro Leonidas deve falar sobre política em nome dos militares. A declaração coincidiu com a afirma-

ção do ministro do Exército, de que não é "uma recomendação explícita" a abstenção de declarações políticas, mas que o "único militar com uma faceta política" é ele próprio.

"Grupos radicais"

O general Ramos de Castro, que entra para a reserva depois de 40 anos de vida militar, disse que a principal lição depois de tantos anos de ativa é a necessidade de manutenção de uma "democracia estável e duradoura", mesmo que haja necessidade de "submeter grupos radicais" aos interesses democráticos.

ANC 88
Pasta 11 a 19
Jan/87
088

FOLHA DE SAO PAULO

• 9 JAN 1987